



TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO ÂMBITO DA “DEMOLIÇÃO DO IMÓVEL MUNICIPAL SITO NO BECO DO CASTILHO N.º 8”, COIMBRA

Joana Garcia¹

SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Localização -

O presente resumo refere-se aos trabalhos arqueológicos efetuados, entre novembro de 2020 e março de 2021, no âmbito da “Demolição do imóvel Municipal sito no Beco do Castelo n.º 8”. A ação teve como principal objetivo a desconstrução do edifício, de forma, a permitir a ligação da Rua do Moreno ao Beco do Castelo e ao Quintal do Prior. A habitação foi adquirida pelo Município de Coimbra, no sentido, de possibilitar a abertura de alguns percursos e espaços no interior de quarteirões existentes na Baixa, com vista a melhorar a sua salubridade, criando pequenas áreas públicas de recreio e lazer no seu meio, e ainda permitindo a existência de caminhos pedonais substitutos para o atravessamento da malha urbana dissociados da rede viária.

O edifício em questão inseria-se dentro do perímetro urbano da cidade de Coimbra, nos limites da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Baixa, definida como Centro Histórico da Cidade, sendo que administrativamente pertencia à União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu), concelho e distrito de Coimbra. Localizava-se igualmente dentro de duas servidões administrativas relativas ao Património Classificado.



Figura 01 – Localização do imóvel intervencionado através de fotografia aérea (<http://www.googleearth.com>)

¹ Técnica Superior de Arqueologia, Divisão de Gestão Urbanística Centro, Câmara Municipal de Coimbra



- Enquadramento legal –

Os trabalhos arqueológicos enquadraram-se na categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza ações preventivas e de minimização de impactos integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático. Ressalva-se também o cumprimento da Lei 107/2001 de 8 de setembro (Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural), Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Coimbra – RMUE e do Plano Diretor Municipal - PDM.

Todo o trabalho realizado pela equipa de arqueologia respeitou os termos da legislação em vigor. A ação arqueológica foi precedida da obtenção da licença junto da entidade competente e sucedida pelo envio de um documento final, já aprovado.

- Equipa técnica -

Os trabalhos arqueológicos foram da responsabilidade científica da arqueóloga Joana Garcia, em corresponsabilidade com o arqueólogo Sérgio Madeira.

- Contexto do património histórico-arqueológico –

O edifício alvo de trabalhos arqueológicos era composto por rés-do-chão e primeiro andar correspondendo, cronologicamente, talvez ao século XIX.

Este imóvel de 2 andares constituía duas frações independentes a nível de utilização habitacional. O logradouro foi ocupado por construções anexas recentes, com estruturas de betão armado e alvenaria de tijolo. Possuíam revestimento da cobertura com telha cerâmica. As fachadas eram compostas por alvenaria de pedra com aproximadamente 60cm de espessura, sendo a cobertura revestida a chapas de fibrocimento, com suporte de madeira, possivelmente executada recentemente. O interior possuía paredes em enxaimel e pavimento em madeira.

Ao nível do rés-do-chão vislumbrava-se um quarto/arrumo interior e uma cozinha, sendo que a casa de banho se situava no logradouro. Por sua vez, o 1.º andar tinha uma sala, um quarto/arrumo e um compartimento que funcionava como cozinha e casa de banho.

Encontrava-se adossado aos imóveis laterais, constatando-se externamente a sua sobreposição ao imóvel a Noroeste e internamente, o eventual reaproveitamento de vãos do imóvel a Sudeste, que se estavam entaipados e reutilizados como armários de parede ao nível do piso cimeiro. A localização do imóvel aparenta constituir o fecho de uma antiga serventia entre o Beco do Castilho e a Rua do Moreno, a qual parece estar cristalizada na atual malha urbana conforme parece perceptível na vista aérea do local.



A designação toponímica de Beco do Castilho advirá da pessoa do Dr. António Barreto Castilho, advogado, juiz de fora e ouvidor da Universidade, o qual devia ser bastante procurado e conhecido, uma vez que o local da sua residência passou a chamar-se Beco do Castilho, ainda no século XVIII. Em 17 de outubro de 1811 e 03 de janeiro de 1889, tomaram-se deliberações respeitantes ao alteamento deste beco e em 02 de janeiro de 1903, sobre a cedência de uma parcela de terreno para alinhamento (LOUREIRO, 1960:313-314).

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS



Figura 02 – Fachada principal do imóvel

O acompanhamento arqueológico dividiu-se em fases distintas, tendo sido o desmonte efetuado de forma, sobretudo, manual, de cima para baixo. Inicialmente, procedeu-se a desconstrução das construções existentes no logradouro, seguiu-se o interior do imóvel, a cobertura e finalmente as paredes exteriores (fachada lateral esquerda [parcial], posterior e frontaria).

Primeiramente foi desmontado o logradouro, com materiais recentes, dada a contemporaneidade da sua edificação.

Seguiu-se, o interior da edificação, com as paredes interiores de enxaimel, revestidas com argamassas e pintadas por cima e as estruturais com um revestimento de argamassa, por vezes de cimento, cobertas com azulejos, como no caso da casa de banho /cozinha do 1.º andar, e outras vezes tapados com tinta.

Salienta-se que das 4 fachadas da habitação, a lateral direita e esquerda eram meeiras com outros imóveis, ou seja, a edificação do Beco do Castilho n.º 8 surgiu ao ser erigida a fachada principal e posterior, sendo as restantes possivelmente preexistentes, edificadas na sequência da construção dos edifícios anexos. O imóvel existente na parte esquerda estava já em ruína e é nesse espaço que está a nascer uma nova construção, que esteve na original da transformação urbana nesta área da cidade.

Posteriormente, à retirada da cobertura, iniciou o processo de desconstrução parcial da fachada lateral esquerda. O aparelho revelado era constituído por alvenaria de pedras de grandes/médias dimensões, intercaladas por outras de pequeno porte e alguma cerâmica de construção, agregadas por uma argamassa de terra acastanhada, talvez com alguma cal (?). No cunhal, entre esta fachada e a posterior, identificaram-se duas pedras talhadas, que deveriam pertencer à base de uma coluna. Estas pedras terão sido reaproveitadas de um outro edifício,



talvez até estejam relacionadas com o templo de Santa Justa, primitiva, situada nas proximidades. Um deles foi recolhido em espaço próprio e o outro permaneceu no local. Esta fachada apenas foi desconstruída numa altura de cerca 3,60m.

A fachada posterior, tinha um aparelho idêntico ao anteriormente descrito, embora os pilares das ombreiras (um deles oco) tenham sido executados no âmbito de uma renovação da casa, numa fase recente, surgindo já com tijolos contemporâneos e cimento. A fachada tardoz tinha uma janela no 1.º piso e uma porta ao nível do rés-do-chão, que fazia a ligação ao logradouro, este vão era encimado por uma laje em betão.

Por último, ocorreu a desconstrução da fachada principal, a mais exígua das fachadas. A frontaria terá sido construída numa ínfima parte no Beco do Castilho, talvez numa área primitivamente sem edificações e utilizada como acesso pedonal entre o Beco do Castilho e a Rua do Moreno, e adaptada ao espaço vazio. Aliás, toda a forma como a habitação está disposta, leva a conjecturar que a construção se ajustou à área livre do local. Assim, temos uma fachada muito estreita com aproximadamente de 2,20m, por 5,40m de altura, onde se observava a entrada principal do imóvel e uma janela no 1.º andar. Possuía um aparelho semelhante aos indicados previamente.



Figura 03 e 04 – Desmonte do imóvel, onde se vislumbra uma conciliação, entre materiais mais antigos e outros mais recentes



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes trabalhos arqueológicos pautaram-se pela observação e perceção das realidades estruturais existentes no edifício em apreço. A habitação em causa tinha dimensões diminutas e terá sido erguida com o aproveitamento de um espaço exíguo existente no beco e que previamente poderá ter servido de caminho público, estabelecendo a ligação entre este e a Rua do Moreno. Será eventualmente uma construção do século XIX, rodeada por edifícios possivelmente mais antigos, talvez da centúria anterior, que terão surgido com o abandono da antiga Igreja de Santa Justa, altura em que parte dos terrenos e anexos existentes nessa colegiada teriam sido desocupados.

Apesar dos dados recolhidos na sequência deste trabalho arqueológico serem reduzidos, reforça-se a importância de intervenções deste género em áreas de elevada riqueza patrimonial, que viabilizam um conhecimento mais profundo da “vida” e da própria génese histórica da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge (1979). As Origens de Coimbra. *I Jornadas de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra. GAAC. 23-40.
- ALARCÃO, Jorge de, (1999). A Evolução Urbanística de Coimbra: das Origens a 1940. *Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra em 1996*. Nº especial de Cadernos de Geografia: 1-10.
- ALARCÃO (2008). *Coimbra: A montagem do cenário urbano*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- LOUREIRO, J.P. (1960). *Toponímia de Coimbra*. Vol. I. Coimbra.
- LOUREIRO, J. P. (1964). *Toponímia de Coimbra*. Vol. II. Coimbra.

Internet (consultada em setembro de 2020):

<http://www.googleearth.com>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>